

Peter Schröder

Meio ambiente, cultura e história no médio Purus — ou como evitar miopias teóricas por combinar diversas abordagens explicativas. O caso dos Paumari¹

1. Introdução

Ao fazer uma revisão histórica dos esforços empreendidos por antropólogos para explicar as diversas relações de seres humanos com seus ambientes naturais (físicos e bióticos), é fácil perceber que havia e há certas regiões e biomas do planeta preferidos para realizar etnografias e expor teorias e modelos explicativos. Neste contexto ocupam lugares privilegiados as regiões de florestas tropicais úmidas, principalmente na Melanésia, no Sudeste da Ásia e na Amazônia. Em ou sobre uma parte destas regiões foram realizados tantos estudos voltados para temas ambientais no âmbito da antropologia que é possível chamá-las — metaforicamente — de “campos de batalha de saberes” (*battlefields of knowledge*), descontextualizando uma expressão consagrada por Norman e Anne Long (1992). O casal Long usou a expressão para se referir aos encontros muitas vezes conflituosos de diversos tipos de saberes no contexto de políticas de desenvolvimento, suas atividades concretas e nas pesquisas relacionadas, como, por exemplo, nas “arenas” de projetos locais da cooperação técnica internacional.

De forma figurativa, a Amazônia pode ser pensada como um “campo de batalha” de pesquisas e teorias antropológicas com enfoques ambientais, como área para seus confrontos, sendo as “tropas” e “armas” constituídas por “casos”, etnografias ou conjuntos de exemplos. Historicamente, concorreram, entre elas, abordagens materialistas, simbolistas, políticas e históricas e teorias deterministas, possibilistas, adaptacionistas, cognitivas, estruturalistas, neomarxistas e etnohistóricas, para citar apenas algumas mais conhecidas. Atualmente, uma parte delas pode ser considerada definitivamente superada, como as abordagens deterministas e possibilistas (como os textos antigos de Meggers 1954 e 1977), enquanto outras, como as materialistas (Morán 1990, por

1 Agradeço aos organizadores desta coletânea o convite para poder contribuir com este texto. A escolha do tema evidentemente tem a ver com interesses temáticos de Erwin Frank. Infelizmente apenas o conheci pessoalmente uma vez por ocasião do VIII Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste (VIII ABANNE) em São Luís em julho de 2003, mas depois mantivemos contatos por e-mail. O último assunto tratado com Erwin foi seu artigo “Beleza e vício: o olhar etnográfico dos irmãos Schomburgk (1835-1844)”, publicado na Revista *Antropológicas* 18, 1 (2007): 95-136 (<<http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/81/77>>; 03.02.2012).

exemplo),² entraram em segundo plano nas preferências teóricas dos profissionais, ficando meio marginalizadas (Neves 2002). Embora os diversos estudos detalhados de Darrell Posey sobre os Kayapó ou de Philippe Descola sobre os Shuar, por exemplo, possuam um poder explicativo considerável, que até convenceu uma parte dos céticos relativos a suas abordagens e opções teóricas (etnociência e estruturalismo, respectivamente), a crítica pronunciada por Morán (1990: 71-72, com base em Harris 1974) não se tornou inválida:

O método etnoecológico considera que o conhecimento do homem sobre o ambiente tem um efeito sobre os seus atos. [...] Mas [...] o conhecimento das regras taxonômicas identifica apenas o comportamento ideal e não o comportamento observável. Em uma crítica mais recente [naquela época] do método etnoecológico, Harris (1974) sugere que todas as sociedades têm um número infinito de regras que dão ao indivíduo autorização para quebrá-las com base em situações individuais.

O tema deste texto encaixa-se numa linha temática que abrange uma multiplicidade de interesses e abordagens e que se convencionou rotular, vagamente, “cultura e meio ambiente” na antropologia brasileira. Esta inclui tanto as abordagens mais materialistas, geralmente conhecidas como “antropologia ecológica”, de inspiração em trabalhos de pesquisadores americanos (Morán 1990; Neves 2002; Orlove 1980), quanto aquelas reunidas sob a denominação “antropologia ambiental” (Waldman 2006), que destacam mais as dimensões simbólicas das interações humanas com seus ambientes naturais, e as vertentes conhecidas como “ecologia histórica” e “ecologia política” (Balée 1998; 2006; Little 1999), as quais levam os horizontes analíticos de pesquisas ambientais para além de materialidades empiricamente constatáveis e de sistemas simbólicos registráveis.

O objetivo do texto é mostrar como uma combinação das diversas abordagens mencionadas abre o caminho para um entendimento mais profundo das relações entre povos indígenas, suas culturas e seus ambientes naturais na Amazônia. Cada uma dessas abordagens possui certos pontos cegos que inibem perceber as próprias fraquezas e fazem ignorar os aspectos fortes das teorias concorrentes. É este fenômeno que chamo miopia teórica. Certamente, um dos críticos mais assíduos de tais miopias é Tim Ingold (2000). É evidente que uma abordagem que tenta agregar a força explicativa de diversas vertentes teóricas é sujeita a acusações de ecletismo, ou seja, de dizer nada ou pouca coisa. No entanto, meu argumento é que, por um lado, cada uma das diversas vertentes materialistas e idealistas possui limitações que apenas podem ser superadas quando combinadas, reconhecendo seus pontos cegos. Por outro lado,

2 Dependendo do sistema classificatório escolhido, as teorias possibilistas são vistas como variações do determinismo ambiental (ver Milton s.d.).

afirmo que ignorar aspectos históricos e políticos nos inibe a perceber adequadamente aspectos fundamentais de relações ambientais na Amazônia indígena, tornando esses aspectos imprescindíveis para teorias analíticas e explicativas.

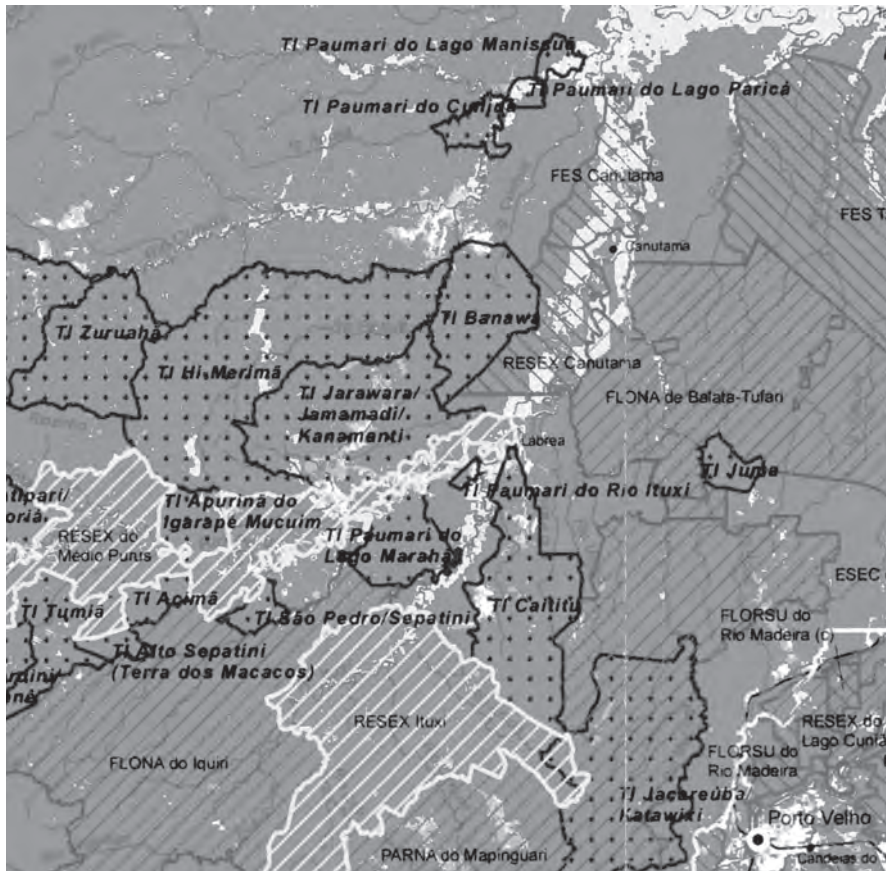
O caso escolhido para ilustrar meu argumento é o povo indígena Paumari da região do médio Purus, no estado do Amazonas. Por que os Paumari? A ideia de escolher este povo indígena como exemplo (“caso”) surgiu a partir da realização de um chamado levantamento etnoecológico em três terras indígenas da região: Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi e Jarawara/Jamamadi/Kanamanti. Os levantamentos etnoecológicos são uma experiência metodológica singular conceituada e colocada em prática no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), o qual funcionou de 1995 a 2009. O PPTAL foi conceituado como componente indígena do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7; desde 1991). Não é necessário aqui entrar em detalhes sobre os levantamentos etnoecológicos e o PPTAL, como isto já foi feito em outros trabalhos.³ O trabalhos realizados nas três terras indígenas e seus resultados foram apresentados primeiro em um relatório de caráter descritivo (Schröder & Costa Júnior 2001), sucedido por outro, mais analítico (Schröder 2002b), e uma publicação dos dois relatórios técnicos (Schröder & Costa Júnior 2009). As informações apresentadas neste texto, se não indicadas por referências diferentes, têm como fontes os dois relatórios técnicos.

2. Quem são os Paumari?

Os Paumari são falantes de uma língua da pequena família Arawá, da Amazônia Ocidental. A região atualmente habitada por eles é exclusivamente a bacia do médio rio Purus com seus afluentes, como os rios Ituxi, Sepatini e Tapauá. Aldeias Paumari são encontradas em seis terras indígenas localizadas em duas regiões: no município de Lábrea, na área dos rios Purus e Ituxi, e no município de Tapauá, ao longo do rio Tapauá. Na primeira estão situadas as TI (terras indígenas) Paumari do Lago Marahã (118.766 ha), Paumari do Rio Ituxi (7.572 ha) e Caititu (308.062 ha), enquanto na segunda ficam as TI Paumari do Cuniuá (42.828 ha), Paumari do Lago Manissuã (22.970 ha) e Paumari do Lago Paricá (15.792 ha). Em todas as terras, com exceção da TI Paumari do Lago Manissuã, os Paumari não são os únicos habitantes indígenas. A área dos TI Paumari do Lago Marahã e Paumari do Rio Ituxi, por exemplo, é dividida com comunidades Apurinã, com as quais as relações às vezes são marcadas por tensões relacionadas com o uso de algumas áreas dentro das terras.

3 Sobre os levantamentos etnoecológicos ver Schröder (2002a; 2009) e, sobre o PPTAL, Schröder (2004).

Para entender as relações ambientais dos Paumari vamos primeiro lançar um olhar resumido sobre seu ambiente físico e biótico e depois sobre alguns aspectos de sua cultura.



Mapa 2. Terras indígenas na região de Lábrea, médio Purus (Amazonas)
(Recorte de ISA 2009).

3. O meio ambiente natural no médio Purus

A região da bacia hidrográfica do Purus apresenta uma grande diversidade de ecossistemas e de modos de ocupação por grupos indígenas, apesar de haver, de uma maneira geral, uma distinção básica entre os ecossistemas de várzea e terra firme. As chuvas mais fortes geralmente ocorrem de novembro a fevereiro, seguidos de chuvas fortes de março a maio e outras menos fortes e menos regulares em junho e julho. As precipitações altas e sua variabilidade sazonal e diária influenciam, de uma maneira geral, as atividades econômicas indígenas:

- o ciclo agrícola e suas fases;
- as épocas de frutificação das culturas permanentes;
- redução do ciclo agrícola na várzea a determinados meses;
- o acesso à fauna aquática e terrestre;
- os tempos de reprodução da fauna; e
- a estação da coleta de produtos florestais a serem comercializados.

Os rios Purus e Ituxi são relativamente novos do ponto de vista geológico e muito dendríticos. Isto cria grandes áreas alagadas de alta diversidade de biótipos. Os numerosos meandros e *ox-bow lakes*⁴ indicam mudanças de leito em diversos trechos. Deste ponto de vista, a ocupação da planície puruana representa alguns riscos para a agricultura, enquanto ela oferece muitas oportunidades de exploração de recursos devido à diferenciação de microambientes.

Predominam três categorias de solos: os hidromórficos gleyzados (HGd e HGe), os podzólicos vermelhos amarelos (LV) e as lateritas hidromórficas (HLd; plintossolos). A região é caracterizada maioritariamente por solos distróficos. Embora os únicos solos eutróficos representem uma porcentagem significativa no quadro pedológico total, sua ocorrência é limitada a faixas menores em todas as terras dos Paumari, não atingindo 20% em nenhuma delas. A ocorrência destes solos pode constituir um fator de atração para a colocação de assentamentos por causa de seu potencial agrícola, como eles são renovados cada ano por novos depósitos sedimentários. A localização dos assentamentos indígenas, no entanto, nos mostra que, de todos os povos indígenas na região, são apenas os Paumari e Apurinã que aproveitam este potencial.

As terras dos Paumari estão cobertas basicamente por dois tipos de florestas densas, com ocorrência majoritária de florestas densas dos terraços. Há uma correlação interessante entre tipo de vegetação e localização de aldeias indígenas: estas

4 Lagos em forma de canga que se formaram em trechos abandonados de rios dendríticos. O lago Maranhã TI Paumari do Lago Maranhã é um exemplo.

encontram-se quase exclusivamente nas florestas densas aluviais de planícies periodicamente inundadas. Esta correlação corresponde à covariação verificada entre solos e localização dos assentamentos.



Foto 1. Praia do rio Purus da aldeia Santa Rita na TI Paumari do Lago Marahã (Peter Schröder).

Em comparação com as informações hidrográficas, geomorfológicas, pedológicas e de vegetação, o número de macro e microambientes identificados permite imaginar ainda mais opções em termos de uma ecologia cultural. O número de ambientes identificados por pesquisadores e citados por indígenas, no entanto, não representa nenhum indício seguro de seu uso efetivo por estes. Trata-se, neste caso, do velho dilema da etnoecologia que categorias cognitivas não implicam automaticamente em comportamentos concomitantes (Harris 1974).

4. Aspectos ambientais da cultura Paumari

Os Paumari são conhecidos por sua orientação aquática, o que se manifesta nos habitats tradicionalmente preferidos, as várzeas e os rios e lagos. O estabelecimento de assentamentos permanentes na terra firme é um fenômeno relativamente recente de

mudança cultural externamente influenciada. As zonas ecológicas preferidas para construir aldeias são: margens de rios com praias fluviais (“restingas”), “ilhas de terra firme”, terraços e áreas não alagáveis na interface entre as planícies fluviais alagáveis e a terra firme, denominadas na região de “pé da terra firme”, mas também margens de lagos e até nas águas de lagos, como ainda há aldeias compostas majoritariamente por moradias “flutuantes”. Todos os assentamentos temporários, destinados principalmente à extração da castanha-do-pará, em contrapartida, encontram-se em regiões de terra firme. Todas as informações coletadas, tanto na literatura etnográfica quanto pela pesquisa de campo, apontam para uma relação forte com recursos aquáticos.

O ciclo econômico anual está marcado pela grande mobilidade dos grupos locais e seus deslocamentos sazonais entre diversas zonas de exploração (terra firme e várzea, praias e castanhais). Ele é influenciado e em parte determinado pelo regime pluvial regional e pelos níveis de água correspondentes.

A pesca nos rios, igarapés, igapós, lagos e lagoas é a base principal do autossustento. Os Paumari pescam o ano inteiro com diversas técnicas e se alimentam de peixes diariamente. Outros animais aquáticos preferidos são os quelônios (“bichos de casco”), já bastante rarefeitos no médio Purus. A pesca sempre foi a atividade econômica mais relacionada com os Paumari e pouco se sabe sobre sua exploração da terra firme. Os autores do século XIX e da primeira metade do século XX não falam sobre o que os Paumari faziam nos meses de escassez de peixes, como se eles só estivessem esperando passivamente a época de sua abundância.

A agricultura é praticada tanto na várzea quanto na terra firme. Ela desempenhou um papel irrelevante nos textos antigos sobre os Paumari, mas a expedição dos biólogos norte-americanos Ghilleen Prance, David Campbell e Bruce Nelson à região do Lago Marahã nos anos 70 do século passado revelou uma situação contrária por descobrir mais de 14 variedades de mandioca nas roças (Prance, Campbell & Nelson 1977). Durante nosso levantamento, no entanto, coletamos informações sobre 28 variedades plantadas pelos Paumari do rio Ituxi (Schröder & Costa Júnior 2001). Além da mandioca, os Paumari plantam até mais de 30 culturas diferentes, como macaxeira, cará, batata-doce, ariá, cará, taioba, milho, maxixe, feijão, jerimum e uma série de fruteiras e palmeiras.

Os Paumari contemporâneos, além de ser agricultores, também cultivam diversas fruteiras, legumes e plantas medicinais nos quintais. Bebidas são produzidas com frutos de palmeiras, como açaí, bacaba ou patuá, e a castanha-do-pará também é apreciada como alimento, e não só como mercadoria. Os Paumari não são conhecidos como bons caçadores, embora se saiba que eles caçam esporádica e espontaneamente, principalmente no caso de encontrar algum animal, quando saem para pescar.

Como os Paumari mantêm relações permanentes com a sociedade envolvente e se tornaram dependentes de seus produtos materiais, diversas atividades são voltadas para a comercialização de produtos pesqueiros e extrativistas em troca de bens industrializados básicos. Nestas relações, muitas vezes não recebem nenhum dinheiro, mas são explorados de forma escandalosa por *regatões* nas trocas de produtos. Nos círculos viciosos desses sistemas de aviamento, muitos Paumari contraíram grandes dívidas e as famílias não conseguem quitá-las ao longo dos anos, mesmo pagando com toda a sua produção.



Foto 2. Moradias flutuantes da aldeia Estirão no lago Marahã (TI Paumari do Lago Marahã) (Peter Schröder).

Viajantes e outros observadores do século XIX caracterizaram as habitações lacustres da época chuvosa como as moradias típicas dos Paumari, porque chamaram mais a sua atenção. Estas balsas ou jangadas com casas flutuavam no meio dos lagos e lagoas para ficar, desse modo, mais ou menos protegidas de insetos como os “piuns”. Por isso, também foram chamadas de “flutuantes”. Cada aldeia estava composta de 8 a 15 casas com uma ou duas famílias em cada uma. O lugar do fogo encontrava-se em terra firme, mas nas proximidades da margem do lago. Outras habitações menores da estação seca

muitas vezes ficaram despercebidas, como os ranchos simples de folha de palmeira, em forma semicircular, nas praias fluviais. Contrário à imagem de nomadismo fluvial, o etnólogo americano Joseph Steere (1903) também fala de aldeias permanentes, ocupadas na estação chuvosa.

Hoje em dia, os “flutuantes” representam um tipo minoritário de habitação. Ainda é possível encontrar “flutuantes” no lago Marahã e no rio Tapauá, mas a grande maioria dos Paumari mora, pelo menos uma parte do ano, em casas do tipo regional. O tamanho dos grupos locais pode variar de casas isoladas a aldeias com mais de 20 casas.

5. Uma primeira tentativa interpretativa

As informações resumidas até agora e detalhadas nos trabalhos citados permitem num primeiro momento, ainda sem contextualização histórica, interpretá-las por meio de duas abordagens diferentes, sendo uma pautada no materialismo cultural e a outra em teorias etnobiológicas.

Numa visão materialista, poderiam ser citadas diversas influências do meio ambiente natural sobre a cultura indígena:

- as práticas econômicas Paumari voltadas para o autossustento podem ser interpretadas como adaptações às pressões climáticas e hidrológicas na região e, em particular, no bioma das várzeas;
- a diversificação das estratégias econômicas poderia ser explicada como aproveitamento, consciente ou inconsciente, do mosaico de ambientes;
- a alta mobilidade sazonal e dos grupos locais pode ser tanto uma reação às pressões hidrológicas quanto uma forma racional de aproveitamento da diversidade de ambientes;
- o enfoque na pesca como meio do autossustento devido à abundância e diversidade da fauna aquática nas várzeas; além disso, os rios Purus e Ituxi são rios de água branca, ou seja, ricos em nutrientes;
- a diversificação da produção agrícola por aproveitar dois biomas disponíveis (os ambientes das várzeas e as florestas da terra firme).

Contudo, de um ponto de vista antimaterialista, podia ser argumentado que não é possível estabelecer, por procedimentos positivistas, causalidades entre determinadas qualidades do meio ambiente natural e manifestações culturais específicas e que esforços analíticos neste sentido levariam apenas a uma revitalização das velhas teorias deterministas. Nessa linha teórica, seria mais importante se perguntar como seres humanos interagem com seus ambientes através de suas culturas, definindo estas como formas de organizar percepções, experiências e saberes. A metodologia cognitiva da etnobi-

logia poderia oferecer uma chave para entender melhor como os Paumari organizam seus saberes ambientais. Infelizmente foram realizadas até agora apenas pouquíssimas pesquisas etnobiológicas sobre a cultura Paumari, porém os dados disponíveis indicam caminhos para investigações futuras. A língua Paumari foi estudada detalhadamente pelas missionárias Shirley Chapman, Mary-Anne Odmark, Meinke Salzer e Beatrice Senn, do SIL. O “Dicionário bilíngue nas línguas paumari e portuguesa” (Chapman & Salzer 1998), por exemplo, oferece indícios de um léxico abrangente e diversificado sobre as mais diversas espécies de animais e plantas, especialmente da fauna aquática.

Em nosso levantamento foi possível coletar informações sobre 145 espécies de peixes, o que revelou um conhecimento muito mais abrangente sobre a ictiofauna do que entre os outros povos indígenas da região. Nesta totalidade, no entanto, um conjunto de menos de 50 espécies ganhou maior relevo como fontes alimentícias. Enquanto os esforços dos Paumari se concentram em algumas espécies preferidas para o consumo (como a matrinhã, o tambaqui, a sardinha, o tucunaré ou a pirapitinga), outras são, na realidade, as mais capturadas (como o aruanã, o mandim, o jundiá ou a traíra), o que confirma outra vez que apenas a coleta de categorias e taxonomias não fornece indicadores seguros sobre comportamentos reais, e isto ficou ainda mais evidente no caso da agricultura Paumari.

O número de espécies plantadas não é nenhum indicador seguro do papel da agricultura na economia Paumari, porque este número é superior àquele entre os Jamamadi e Jarawara, que são agricultores destacados da terra firme. Os números, no entanto, nos indicam que temos que rever as observações feitas na literatura sobre o papel periférico da agricultura entre os Paumari. Os Paumari plantam tanto na várzea quanto na terra firme. Devido às condições hidrológicas, a agricultura na várzea está caracterizada por culturas temporárias que exigem cronogramas de manejo mais rígidos do que na terra firme para evitar a perda das colheitas pelas enchentes. A variedade de culturas plantadas na *restinga* é reduzida e trata-se em sua maioria de variedades “ligeiras” das espécies (com períodos mais curtos de crescimento, como no caso da mandioca, do milho e do feijão). Maior diversidade de culturas é encontrada nas roças da terra firme onde se concentram as culturas permanentes.

Devido às informações disponíveis sobre o meio ambiente natural nas terras dos Paumari e sobre sua língua, por enquanto parece ser mais fácil explicar as relações ambientais deste povo indígena por abordagens materialistas. É, inclusive, tentador interpretar a concentração territorial dos Paumari na várzea como opção por um nicho ecológico, como outros povos indígenas da região não aproveitam o mesmo ecossistema ou, no caso dos Apurinã, não o aproveitam com a mesma intensidade. Mas aplicar o conceito do nicho ao comportamento de populações humanas com seu programa comportamental aberto é muito problemático e só devia ser feito um sentido

metafórico (Bargatzky 1986: 69-70, 157-164). Em vez de representar um tipo de nicho entre ambientes contestados, as próprias planícies de inundação do complexo são os ecossistemas mais cobiçados da região, onde se exercem as maiores pressões econômicas sobre o ambiente natural e os limites das terras indígenas.

Isto nos obriga a lançar um olhar sobre o ambiente social dos Paumari e, em particular, sobre sua história, porque isto nos pode levar a uma interpretação mais convincente e satisfatória. Vamos começar pela história documental.

6. A história da região, segundo as fontes escritas

A melhor fonte de informação sobre a história regional, em particular sobre a etno-história indígena, é Kroemer (1985). Segundo a historiografia oficial, o Purus foi “descoberto” para os poderes coloniais em 1639 pelo jesuíta Cristóbal de Acuña. Sabe-se que os primeiros portugueses já começaram a se fixar no curso inferior na segunda metade do século XVII, antes de 1689.

Durante o século XVIII, a região do baixo Purus foi explorada pela pesca, captura de quelônios e extração de copaíba e salsaparrilha, mas a administração colonial mal se interessou pelo rio. Esta postura de desinteresse governamental só mudou a partir de meados do século XIX, depois do colapso da economia regional no decorrer da Cabanagem. O encarregado pelo Governo da Comarca do Alto Amazonas para estudar as condições para estimular a economia regional, o militar João Henrique Matos, observou em 1845 que o comerciante Manoel Urbano da Encarnação já tinha viajado há muito tempo na região inteira do médio Purus e utilizava índios Apurinã, Paumari e Jamamadi como mão-de-obra na extração de “drogas do sertão” (Matos s.d.). Este comerciante foi uma figura importante no processo de contato com os povos indígenas do Purus, principalmente a partir de 1850. Mais tarde, até foi nomeado diretor dos índios do médio e alto Purus e tornou-se o maior seringalista e, ao mesmo tempo, o maior explorador dos índios da região.

Durante o século XIX, foi empreendida uma série de expedições e viagens, científica se não científicas, que forneceram as primeiras descrições detalhadas de diversos aspectos da região, entre outros dos povos indígenas. A investigação do Purus ocorreu sistematicamente a partir da segunda metade do século XIX, em busca de diversos objetivos: uma passagem desconhecida para o Madeira, uma conexão fluvial com o rio Madre de Dios, no Peru, e o estabelecimento da fronteira entre com o Peru e a Bolívia.

Em torno de 1850, muitas comunidades indígenas já foram exploradas para a extração vegetal, mas a fase mais desastrosa para os povos indígenas da região começou com o primeiro ciclo da borracha, que atingiu o médio Purus a partir dos anos 60 do mesmo século e foi responsável pelas primeiras ondas imigratórias de nordestinos na região. Em 1869, chegou a primeira leva de cearenses, e em 1871 chegou outra leva,

desta vez de maranhenses, sob o comando do Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, instalando-se às margens do Purus, na terra firme de Amaciari, a qual passou a ser denominada de elevação de Lábrea. Em pouco mais de duas décadas, Lábrea se tornou a localidade mais importante da região.

O Purus e seus afluentes, naquela época, foram repartidos entre os comerciantes, como se estes fossem os donos originários da terra e como se fossem garimpeiros fixando seus *claims* ou *royalties*. Em torno de 1880, os “territórios” dos “patrões” no curso médio foram: Brás Gil da Encarnação no rio Sepatini, Onório Carlos de Oliveira no igarapé Mamorizinho e os “coronéis” Luís Gomes e Labre no rio Ituxi, explorando principalmente os Paumari e Apurinã como produtores de borracha e fornecedores de peixes e tartarugas.

No início do nucleamento de Lábrea, a população indígena do médio Purus foi calculada em 40.000, falando mais de 40 línguas. Só no rio Ituxi, Labre calculou a população indígena em 8.000, principalmente em seus afluentes (Labre 1888; 1889). As populações indígenas foram tidas em conta, nesses raciocínios comerciais, apenas como mão-de-obra barata, mas complicada. Ou elas haviam de aceitar as subjugações em condições de semiescravidão, ou foram expulsas de suas terras ou foram dizimadas ou extintas em massacres. Povos que mostraram muita resistência, como os Juma, foram perseguidos implacavelmente até sua extinção ou subjugação. Apenas uma minoria de grupos conseguiu se manter afastada dos colonizadores.

Durante o primeiro ciclo da borracha, a vasta região dos rios Purus e Juruá foi uma das mais assoladas pelas frentes extrativistas, com consequências desastrosas para os povos indígenas. Muitos grupos foram extintos, de modo que hoje em dia não se saiba senão seus nomes. A maioria indígena do Purus virou minoria em poucas décadas. Desse modo, o primeiro ciclo da borracha foi a época histórica que mais influenciou e transformou a vida dos povos indígenas na região. Embora houvesse diversas tentativas missionárias de tirar os índios da influência dos comerciantes, todas fracassaram depois de poucos anos.

Em 1889, o censo do município de Lábrea fala de 21.991 habitantes e a população inteira da região do Purus foi avaliada em cerca de 120.000 (Kroemer 1985: 85). A vila de Lábrea tinha cerca de 4.000 habitantes naquela época (Kroemer 1985: 85). A partir de 1881, produziam-se cerca de 2.000 toneladas de látex por ano na região de Lábrea, e esta produção dobrava para cerca de 4.000 toneladas por ano na década de 1890. Em 1902, Lábrea foi responsável por um terço de toda a produção de borracha no Estado do Amazonas.

O fim do ciclo da borracha deixou cair em letargia toda a economia regional. Para os povos indígenas, representou um tipo de “momento de folga e respiração”, mas não de recuperação das transformações e mudanças sofridas. As atividades dos comerciantes diminuíram, mas as dependências materiais continuaram.

O antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) só começou a se interessar pelos povos indígenas do Purus a partir de meados dos anos 20 do século passado, quando a Inspetoria no Amazonas e Acre criou dois postos indígenas na região: o PIN Pedro Dantas (ou Marienê), no rio Sepatini, e o PIN Manauacá, no rio Tuini. Os dois postos foram desativados em torno de 1950 e em torno de 1945, respectivamente. Os inspetores do SPI constataram, nos anos 20 a 40, a continuidade do sistema de aviamento na região, ao qual estavam subjugados quase todos os povos indígenas (Kroemer 1985: 92-96).

Os anos 40 a 60 do século xx representaram outra época particularmente negativa para estes povos. Durante a Segunda Guerra Mundial, a ditadura Vargas estimulou o segundo ciclo de borracha, porém menor, por mandar os “soldados da borracha” para a Amazônia. Outra leva de cearenses atingiu o médio Purus e acabou no mesmo sistema de aviamento. Muitos desses “soldados” foram mandados pelos “patrões” para quebrar as últimas resistências indígenas por massacrar grupos inteiros. Apesar do fim da guerra, tais atrocidades se repetiram até os anos 60, devido à decadência do órgão indigenista.

Do ponto de vista econômico, a região até hoje não se recuperou do abalo causado pelo fim do primeiro ciclo da borracha e continua ser economicamente periférica, tanto no contexto nacional quanto regional, o que nem mudou com os planos desenvolvimentistas do regime militar para a Amazônia. O declínio do extrativismo, em particular do seringalista, nas últimas décadas, devido à queda de preços dos produtos, provocou o colapso de relações de patronagem em muitos casos ou a transformação dessas relações de permanentes em temporárias e/ou esporádicas. Além de fatores macroeconômicos, é também a fiscalização crescente de órgãos governamentais que contribuiu para essa transformação.

As transformações do ambiente social dos Paumari registradas na história documental da região — a implantação de sistemas de aviamento e a integração dos povos indígenas como mão-de-obra barata, os genocídios e deslocamentos forçados, etc. — indicam que suas relações ambientais não foram caracterizadas apenas pelas próprias qualidades do ambiente físico e biótico ou por opções culturais, mas também por imposições econômicas e militares, das quais era muito difícil escapar. Por isso, para complementar nossa investigação por pistas explicativas sobre as relações ambientais dos Paumari, é necessário lançar um olhar para a etnohistória Paumari.



Foto 3. “Rio Tapauá – Índios Paumaris do lago do Tamandua, em suas barracas flutuantes” (foto de Anastácio Queiroz publicada em Lemos 1932).⁵

7. A história regional, para os Paumari

Na realidade, não existe nenhuma monografia etnohistórica sobre os Paumari, de modo que seja necessário recolher informações fragmentadas em diversos textos para compor um quadro inicial de suas transformações. Fora nos relatórios técnicos do levantamento etnoecológico do PPTAL e, em particular, das identificações das terras indígenas para o órgão indigenista, são três trabalhos recentes de Bonilla (2005a; 2005b; 2006) que nos indicam pistas.

No conjunto dos conhecimentos etnográficos sobre etnias da família linguística Arawá, os Paumari representam uma exceção de um padrão básico, porque povos como os Jamamadi, Jarawara, Kulina e Zuruahá são principalmente horticultores e caçadores das terras firmes. Segundo Bonilla (2005b: 15), nos relatos dos Paumari sobre seu estilo de vida antigo fica evidente que a pesca e a captura de quelônios tinham prioridade sobre a agricultura e que antigamente havia deslocamentos sazonais entre as praias fluviais (no chamado “verão” amazônico) e os lagos (no “inverno”, isto é, no período das chuvas), sendo as moradias em cima de balsas (“flutuantes”) a habitação característica. Para descrever seu estilo de vida, os informantes teriam comparado os Paumari antigos a gaivotas (Bonilla 2005a: 44). Por outro lado, a mesma autora relata as lembranças dos mais velhos sobre grandes roçados na área do rio Sepatini e de várias técnicas de preparo e conservação das culturas cultivadas (Bonilla 2005b: 15).

5 Reprodução para publicação em trabalhos científicos não comerciais autorizada pelo Museu do Índio – FUNAI, Rio de Janeiro, em 07/01/2009.



Foto 4. “Rio Tapauá – Índios Paumarís, em suas ubás – [...] – vendo-se, no segundo plano, suas barracas flutuantes” (foto de Anastácio Queiroz publicada em Lemos 1932).⁶

A integração na economia regional do aviação no século XIX, contudo, desencadeou modificações profundas na economia dos Paumari. Embora estes fossem conhecidos na região como “mansos”, “pacíficos” ou até “medrosos”, por não terem entrado em confrontos armados com outras etnias indígenas, e ainda menos com os colonizadores, suas formas específicas de relações interétnicas tinham um preço alto: os “patrões” exigiam que os Paumari se dedicassem exclusivamente à quitação de dívidas acumuladas e praticamente impagáveis. Até o final da década de 1960, os “patrões” os teriam impedido de usar as praias para cultivos ou até de plantar de qualquer forma e, além disso, de pescar naquelas águas declaradas “propriedades” dos “patrões”, apesar de fazerem parte dos territórios étnicos tradicionais. A pesca indígena foi tolerada apenas para saldar dívidas (Bonilla 2005a: 45). O papel econômico e social destinado aos Paumari por parte dos “patrões” era o de fornecedores dos mercados locais com peixes e quelônios e de coletores de borracha e castanha-do-pará nas áreas de terra firme. Isso provocou mudanças na territorialidade Paumari por estabelecer preferências

6 Reprodução para publicação em trabalhos científicos não comerciais autorizada pelo Museu do Índio – FUNAI, Rio de Janeiro, em 07/01/2009.

pelas florestas da terra firme, porém sempre na proximidade de lagos e igarapés, com circulação sazonal entre várias moradias (Bonilla 2005a: 44).

Bonilla analisa a integração dos Paumari no sistema de aviamento por uma abordagem estruturalista emprestada de Philippe Descola, interpretando a relação “patrão”/“empregado” com base no conceito da predação, porém não vamos entrar numa discussão desta opção teórica interessante neste artigo. O que nos interessa principalmente, neste contexto, é a constatação de mudanças de práticas econômicas e de territorialidade causadas pela integração no círculo vicioso do endividamento por mais de um século. E este círculo só foi rompido por dois fatores externos:

- declínio do patronato amazônico desencadeado pela queda da demanda e, conseqüentemente, dos preços dos produtos do extrativismo vegetal, a partir da década de 1960; e
- A regularização progressiva das terras dos Paumari na década de 1990, a qual possibilitou a remoção dos patrões com o apoio dos órgãos governamentais, a reapropriação dos antigos espaços de circulação indígena e o reestabelecimento do ciclo anual de alternância entre verão e inverno nas áreas dos lagos e praias (Bonilla 2006).

Embora uma parte dos Paumari ainda colete castanhas-do-pará no inverno nas áreas de terra firme regionalmente denominadas “centros”, para vendê-las a “patrões” agora principalmente estabelecidos em Lábrea, muitas vezes por preços irrisórios em comparação com as margens de lucro obtidos pelos “patrões”, como foi possível constatar durante o levantamento etnoecológico, abriram-se, nesta década, alternativas de comercialização de artesanato e de castanha através do Conselho Missionário Indigenista (CIMI), da Igreja Católica Romana, e das irmãs da Prelazia de Lábrea. Além disso, uma parte dos Paumari começou a comercializar sua produção agrícola em Lábrea. Em suas relações com a sociedade regional não-indígena, os Paumari encontram-se numa fase de transição entre um sistema baseado no aviamento para um sistema comercial monetarizado, como bem observou Bonilla (2006).

Além das mudanças econômicas, também foi registrado, nas últimas décadas, o fenômeno de concentração e sedentarização em três aldeias na TI Paumari do Lago Marahã devido às políticas missionárias e da FUNASA (Bonilla 2006), porém o padrão do deslocamento sazonal entre aldeias “de verão”/ de praia e “de inverno”/ de terra firme parece continuar intacto.

8. Finalizando

No percurso deste texto ficou evidente que a especialização ecológica dos Paumari não pode ser explicada sem levar em conta fatores sociais e econômicos históricos. Enquanto não se sabe se os Paumari jamais tinham ocupado regiões da terra firme antes dos primeiros relatos sobre eles a partir da primeira metade do século XIX, o que se sabe com certeza é que eles não foram a única etnia indígena que teve seu território, ou partes de seu território, nas várzeas do Purus e Ituxi. Sabe-se também que outros povos foram extintos, expulsos ou deslocados para seringais e outros locais, muitas vezes violentamente. Nesta constelação histórica, os Paumari não optaram nem pela resistência armada, como os Juma que foram quase extintos, nem por migrações para outras regiões, como os territórios da terra firme foram controlados por outras etnias, como os Apurinã, com os quais teria sido necessário entrar em conflito armado.

As informações históricas, etnográficas e ambientais dão a entender que os Paumari desenvolveram estratégias específicas para se adaptar ao ambiente social não-indígena por se especializar em nichos econômicos, como a captura comercial de quelônios e o fornecimento de peixes ao mercado regional, e por dinamizar suas relações com os comerciantes regionais e suas formas de territorialidade, marcadas por diversificação e alta mobilidade. Foram suas estratégias bem sucedidas de sobrevivência física e cultural.

A comparação das diversas abordagens possíveis para analisar as relações ambientais deste povo — a materialista, a cultural (com enfoque nas dimensões mentais) e a histórica — mostrou que nenhuma delas pode dar, isoladamente, alguma resposta satisfatória por justamente focalizar determinados aspectos, mas ao mesmo tempo ter pontos cegos em outros. Foi apenas a combinação das diversas abordagens que nos permitiu avaliar adequadamente as relações ambientais dos Paumari em sua diversidade e complexidade.

A identificação e superação dessas miopias teóricas foi um dos interesses constantes nos textos de Erwin Frank e aos quais ele dedicou grande parte de seus esforços críticos, às vezes com veemência. Dedico este texto ao colega falecido cedo demais.

Referências bibliográficas

- Balée, William
2006 The research program of historical ecology. *Annual Review of Anthropology* 35: 75-98.
- Balée, William (ed.)
1998 *Advances in historical ecology*. New York: Columbia University Press.
- Bargatzky, Thomas
1986 *Einführung in die Kulturökologie: Umwelt, Kultur und Gesellschaft*. Ethnologische Paperbacks. Berlin: Reimer.
- Bonilla, Oiara
2005a O bom patrão e o inimigo voraz: predação e comércio na cosmologia Paumari. *Mana* 11(1): 41-66.
2005b Cosmologia e organização social dos Paumari do médio Purus (Amazonas). *Revista de Estudos e Pesquisas* 2(1): 7-60.
2006 Paumari: conquistas e desafios. Em: Ricardo, Beto & Fany Ricardo (eds.): *Povos indígenas no Brasil, 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 463-466.
- Chapman, Shirley & Meinke Salzer
1998 *Dicionário bilingue nas línguas paumari e portuguesa*. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística.
- Harris, Marvin
1974 Why a perfect knowledge of all the rules one must know to act like a native cannot lead to the knowledge of how natives act. *Journal of Anthropological Research* 30(4): 242-251.
- Ingold, Tim
2000 *The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London and New York: Routledge.
- ISA (Instituto Socioambiental)
2009 *Amazônia Brasileira 2009. 1:4.000.000*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Kroemer, Gunter
1985 *Cuxiuara: o Purus dos indígenas. Ensaio etno-histórico sobre os índios do médio Purus*. Missão Aberta, 10. São Paulo: Loyola.
- Labre, Antônio Rodrigues Pereira
1888 *Conferência sobre a exploração do Madre de Dios ao Acre, e do rio Ituxi*. Rio de Janeiro: Sociedade de Geografia.
1889 Coronel Labre's explorations in the region between the Beni and the Madre de Dios rivers and the Purus. *Proceedings of the Royal Geographical Society* n.s. 11: 496-502.
- Lemos, Bento M. Pereira de
1932 *Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1930-31 na Inspetoria do Amazonas e Acre*. Manaus: Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio (MAIC)/Serviço de Proteção aos Índios (SPI).
- Little, Paul Elliott
1999 Environments and environmentalism in anthropological research: Facing a new millennium. *Annual Review of Anthropology* 28: 253-284.

Long, Norman & Anne Long (eds.)

- 1992 *Battlefields of knowledge: The interlocking of theory and practice in social research and development.* London e New York: Routledge.

Matos, João Henrique

- s.d. Relatório do estado de decadência em que se acha o alto Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro* 125: 141-180.

Meggers, Betty

- 1954 Environmental limitations on the development of culture. *American Anthropologist* 56: 801-824.

- 1977 *Amazônia: a ilusão de um paraíso.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Milton, Kay

- s.d. Ecologias: antropología, cultura y entorno (<<http://www.unesco.org/issj/rics154/miltonspa.html>>; 10.12.2009).

Morán, Emilio F.

- 1990 *A ecologia humana das populações da Amazônia.* Coleção Ecologia & Ecosofia. Petrópolis: Vozes.

Neves, Walter

- ²2002 *Antropologia ecológica: um olhar materialista sobre sociedades humanas.* Questões da Nossa Época, 59. São Paulo: Cortez.

Orlove, Benjamin

- 1980 Ecological anthropology. *Annual Review of Anthropology* 9: 235-273.

Prance, Ghillian, David G. Campbell & Bruce W. Nelson

- 1977 The ethnobotany of the Paumari indians. *Ethnobotany* 31(2): 129-139.

RAISG (Red Amazônica de Información Socioambiental Georeferenciada)

- 2009 *Amazonía 2009: Áreas protegidas y territorios indígenas.* 1:5.000.000. Red Amazônica de Información Socioambiental Georeferenciada.

Schröder, Peter

- 2002a Levantamentos etnoecológicos: experiências na região do médio Purus. In: Gramkow, Márcia Maria (org.): *Demarcando terras indígenas II: experiências e desafios de um projeto de parceria.* Brasília: Fundação Nacional do Índio (FUNAI)/Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL)/Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), 223-239.

- 2002b *Levantamento etnoecológico do Complexo Médio Purus II: versão avançada.* Brasília: Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ).

- 2004 É possível mudar a Funai? Sobre os impactos de um projeto de cooperação internacional. *Revista Antropológicas* 15(2): 107-134.

- 2009 Levantamentos etnoecológicos em terras indígenas: reflexões metodológicos sobre uma experiência no contexto de um projeto de cooperação internacional. Em: *XIV CISO – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2009, Recife. Desigualdade e justiça social: regiões, classes e identidades no mundo globalizado*, v. 1. Recife: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1-21.

Schröder Peter & Plácido Costa Júnior

- 2001 *Levantamento etnoecológico do Complexo Médio Purus II*. Brasília: Fundação Nacional do Índio (FUNAI)/Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL)/United Nations Development Programme (PNUD).
- 2009 *Levantamento etnoecológico das terras indígenas do Complexo Médio Purus II: Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi e Jarawara/Jamamadi/Kanamati*. Brasília: Fundação Nacional do Índio (FUNAI)/Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL)/Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ).

Steere, Joseph Beal

- 1903 Narrative of a visit to Indian tribes of the Purus River, Brazil. Em: *Annual Report of the Smithsonian Institution*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution), 359-393.

Waldman, Maurício

- 2006 *Meio ambiente e antropologia*. Meio Ambiente, 6. São Paulo: Editora SENAC.